

ORALIDADE E PRÁTICA DOCENTE: AS EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA ABAETETUBENSE

ORALITY AND TEACHING PRACTICE: THE EXPERIENCES OF TEACHERS OF ABAETETUBENSE BASIC EDUCATION

Rosenildo da Costa Pereira
Universidade do Estado do Pará - UEPA
Isonete do Socorro Sardinha Perna
Doriedson do Socorro Rodrigues
Universidade Federal do Pará - UFPA

Resumo

No decurso do dia a dia participamos de inúmeras situações em que precisamos expor e defender oralmente nosso ponto de vista, seja em um contexto formal ou informal. Nesse sentido, o presente trabalho aborda o tratamento dos professores com relação à oralidade na sala de aula em duas escolas da zona urbana do município de Abaetetuba. Buscou-se investigar o prescrito e o realizado no tratamento da oralidade. Metodologicamente, utilizou-se a entrevista semiestruturada, tratando-a por meio da análise de conteúdo; utilizou-se também pesquisa bibliográfica, a fim de fazer revisão teórica. Foram entrevistados seis professores que atuam no 5º ano/9. Observou-se com base nas falas dos professores pouco se tem desenvolvido em sala de aula situações comunicativas como: seminários, rodas de conversas etc. Ficou claro também que priorizar o trabalho com a oralidade ainda está longe de acontecer, uma vez que os alunos sentem-se inibidos na hora de expressar-se oralmente, pois são monitorados em suas falas pelos professores e até mesmo pelos colegas. Observou-se que esses professores não planejam suas aulas a partir de fundamentos teóricos, implicando a má formação desses discentes.

Palavras-chave: Oralidade. Prática docente. Educação básica.

Abstract

In the course of everyday life we participate in numerous situations in which we need to expose and defend our point of view orally, whether in a formal or informal context. In this sense, the present work deals with the treatment teachers give to orality in the classroom in two schools in the urban area of the city of Abaetetuba. One sought to investigate what was prescribed and carried out concerning orality. Methodologically, it was used the semi-structured interview, treating it through content analysis; bibliographical research also was used in order to make theoretical review. Six teachers who work in the 5th grade/9 were interviewed. Based on your speech, it was observed that little has been done regarding the practice of communicative situations in the classroom such as: seminars, conversation circles etc. It was also clear that prioritize the work with orality is still far from happening, since students feel inhibited when asked to express themselves orally, because they are monitored in their speeches both by teachers and colleagues. These teachers do not plan their lessons grounded on theoretical foundations, which implies these students bad formation.

Keywords: Orality. Teaching practice. Basic education.

Introdução

O presente trabalho aborda o tratamento dado por professores ao trabalho com a oralidade na sala de aula em duas escolas municipais da zona urbana de Abaetetuba. Trata-se das Escolas de Ensino Fundamental São José, no bairro São João, e Santa Luzia, no bairro do Algodoal. Para a obtenção das informações, foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto a seis professores que trabalham com turmas do 5º ano/9. Utilizou-se a análise de conteúdo como instrumento de tratamento das informações.

O interesse pela pesquisa surgiu da necessidade de investigar que tratamento é dado à oralidade através das práticas docentes, comparando o prescrito e o realizado, no sentido de se verificar como se dá o processo de ensino-aprendizagem da oralidade em turmas do 5º ano/9, uma vez que esses alunos passarão para uma nova etapa, pois se antes eles tinham um único professor para ministrar todas as disciplinas, no 6º ano/9, têm que acompanhar cada disciplina que passa a ser ministrada por educadores específicos em cada área, ou seja, os alunos têm não apenas um professor, mas de três a quatro por dia.

É nessa nova etapa de ensino-aprendizagem que os professores, acreditando que os alunos já estão aptos a se expor em qualquer situação comunicativa, requerem deles que realizem uma boa exposição oral de um trabalho, no formato de: seminários, debates, rodas de conversas etc. Em face disso, resta saber se realmente os professores da educação básica vêm criando situações comunicativas que possam favorecer o processo de ensino-aprendizagem da oralidade na sala de aula.

O presente trabalho encontra-se dividido em quatro seções. A primeira aborda a oralidade e o ensino-aprendizagem da língua, tendo como subsídio teórico Oliveira

(2010), Marcuschi (2003) e os PCNs (1997), a fim de definir o conceito de oralidade e sua função social. A segunda seção trata-se dos aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, destacando o seu *locus*, o rendimento da situação escolar através do resultado do IDEB de 2009 e os procedimentos metodológicos, com destaque para as entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Na terceira, são apresentadas as práticas de oralidade na docência em Abaetetuba, partindo da análise do prescrito e do realizado em tratamento da oralidade, resultado composto com base nos dados das entrevistas e da revisão da literatura. Logo após, são apresentadas as considerações finais.

Oralidade e ensino aprendizagem da língua

A oralidade contribui não somente para desenvolver a capacidade de comunicação do aluno, tornando-se indispensável no seu desenvolvimento, formando alguém capaz de se utilizar das possibilidades que a língua lhe proporciona. Para Marcuschi (2003, p. 25):

A oralidade seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros atuais fundados na realidade sonora, ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso.

Com base nas afirmações do autor, a oralidade é adquirida nas relações sociais do dia a dia. Todos são participantes de situações sociais e, cabe a cada um adequar-se de modo diferente a cada situação comunicativa. O tipo de linguagem que deve ser utilizado é determinado a partir do contexto em que se está inserido. Por isso, a prática da oralidade é uma forma de inclusão cultural e de socialização.

Muitos educadores, quando falam de trabalho com oralidade na sala de aula, referem-se ao ensino da língua nas modalidades padrão e não padrão, destacando o que é certo ou errado. É um equívoco pensar assim. Principalmente, ao se considerar que as diferenças linguísticas entre grupos sociais são marcantes, como as decorrentes de diferenças quanto ao nível de escolaridade, nível socioeconômico, faixa etária. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 49) reforçam o trabalho com a língua oral quando afirma que:

Expressar-se oralmente é algo que requer confiança em si mesmo. Isso se conquista em ambientes favoráveis à manifestação do que se pensa, do que se é. Assim, o desenvolvimento da capacidade de expressão oral do aluno depende consideravelmente de a escola constituir-se num ambiente que respeite e acolha a vez e a voz, a diferença e a diversidade.

Dessa forma, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL/MEC, 1997) afirmam a necessidade do trabalho com a modalidade oral para o seu desenvolvimento na medida em que os alunos serão avaliados na hora de responder a diferentes exigências de fala e de adequação às características próprias de diferentes textos orais. Assim, para os PCN (BRASIL, 1997, p. 49):

Eleger a língua oral como conteúdo escolar exige o planejamento da ação pedagógica de forma a garantir, na sala de aula, atividades sistemáticas da fala, escuta e reflexão sobre a língua. São essas situações que podem se converter em boas situações de aprendizagem sobre os usos e as formas da língua oral: atividades de produção e interpretação e interpretação de uma ampla variedade de textos orais, de observação de diferentes usos, de reflexão sobre os recur-

sos que a língua oferece para alcançar diferentes finalidades comunicativas.

Concebe-se, portanto, que é essencial que na escola sejam propiciadas situações em que os alunos interajam por meio da produção de textos orais que exijam o desenvolvimento de capacidades sofisticadas de defesa de ponto de vista e de análise da consistência do discurso produzido nas diferentes situações de comunicação. E não levar o aluno apenas à decodificação ou memorização, pois, como afirma Oliveira (2010, p. 28): “[...] Os alunos não são esponjas para absorver conhecimentos nem são papagaios para apenas repetir irracionalmente o que o professor diz e que eles leem nos livros”.

Função social da oralidade

A oralidade é usada nos diferentes contextos sociais da vida, como no ambiente de trabalho, na escola, na família, na vida burocrática e na vida intelectual. Mas para cada situação comunicativa há finalidades diferenciadas em relação ao uso da oralidade. Como caracteriza Marcuschi (2003, p. 9):

São os usos que fundam a língua e não o contrário, defende-se a tese de que falar ou escrever bem não é ser capaz de adequar-se às regras da língua, mas é usar adequadamente a língua para produzir um efeito de sentido pretendido numa dada situação.

A linguagem passa por constante transformação, pois simultaneamente vem se modificando e sendo modificada pelos que a utilizam, e esses buscam inserir-se nesse processo de construção e reconstrução contínua. Mas, apesar de toda a dinamicidade da língua, é importante ressaltar que:

[...] apenas o falar cotidiano e a exposição ao falar alheio não garantem a aprendizagem necessária. É preciso que

as atividades de uso e as de reflexão sobre a língua oral estejam contextualizadas em projetos de estudo, quer sejam da área de Língua Portuguesa, quer sejam das demais áreas do conhecimento. A linguagem tem um importante papel no processo de ensino, pois atravessa todas as áreas do conhecimento, mas o contrário também vale: as atividades relacionadas às diferentes áreas são, por sua vez, fundamentais para a realização de aprendizagens de natureza linguística. (PCN, 1997, p. 50)

E é por meio dessa prática que se interage na maior parte do tempo e por meio dessa interação constrói-se o papel social de cada falante. A oralidade pode ser considerada a ferramenta mais eficaz para a construção da identidade do falante como indivíduo dentro de uma sociedade.

Aspectos teórico-metodológicos

Locus da pesquisa

Este trabalho teve como campo de pesquisa duas escolas municipais da cidade de Abaetetuba. O referido município encontra-se localizado à margem direita do Rio Marataúira. A frente da cidade é banhada pelo Rio Abaeté, que tem sua foz no Rio Tocantins. Abaetetuba limita-se com os municípios de Igarapé-Miri, Barcarena, Moju e Limoeiro do Ajuru.

Fazem parte do município de Abaetetuba os distritos da Vila de Beja e aproximadamente 72 ilhas, as quais formam as “Zonas das Ilhas”. No que se refere ao contingente populacional, segundo o censo do IBGE⁵¹ de 2010, a população de Abaetetuba é de 141.100 habitantes. No município, o *locus* da pesquisa foi formado por duas escolas municipais, tendo sido entrevistados seis

professores do 5º ano/9, a fim de consubstanciar elementos para a feitura da pesquisa, abordando a relação oralidade e experiências docentes no campo do ensino-aprendizagem de língua.

A pesquisa teve como público alvo os professores do 5º ano/9, pois seus alunos passam por um processo de transição, devendo já estar devidamente alfabetizados, para que possam frequentar o 6º ano sem dificuldades de aprendizagem tanto na leitura, quanto na produção escrita. Por isso, buscou-se analisar a relação entre o prescrito e o realizado no tratamento da oralidade e como ocorre esse tratamento na escola.

As escolas que fizeram parte dessa pesquisa foram a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Luzia, localizada na travessa Santa Luzia, s/n no bairro do Algodão. Foi fundada no dia 01 de abril de 2002. A escola possui 35 funcionários e atende a 377 alunos nos turnos da manhã e da tarde. O espaço é composto por 08 salas de aula, secretaria, auditório, sala de informática, sala de apoio (Educação Especial), sala de leitura, sala de xadrez, sala dos professores, copa (cozinha) + depósito, 02 banheiros e quadra de esporte. E a Escola em Regime de Convênio Municipal de Ensino Fundamental São José, localizada na Rua São João, 2593, no bairro São João. Foi fundada no dia 20 de março de 1987 pela Associação de Moradores, tendo como idealizador o Sr. Miguel Monteiro Pereira. A escola possui 16 turmas pelo turno manhã e tarde, com 57 funcionários e atende aproximadamente 615 alunos. O espaço é composto por 10 salas de aula, 01 sala de leitura, diretoria, secretaria, sala dos professores, depósito de merenda, 06 banheiros para os discentes, pátio coberto, salão para a recreação e lanche, banheiro para os funcionários e cozinha.

Em termos didático-pedagógicos, segundo a Coordenadora do Ensino Fundamental, Pro-

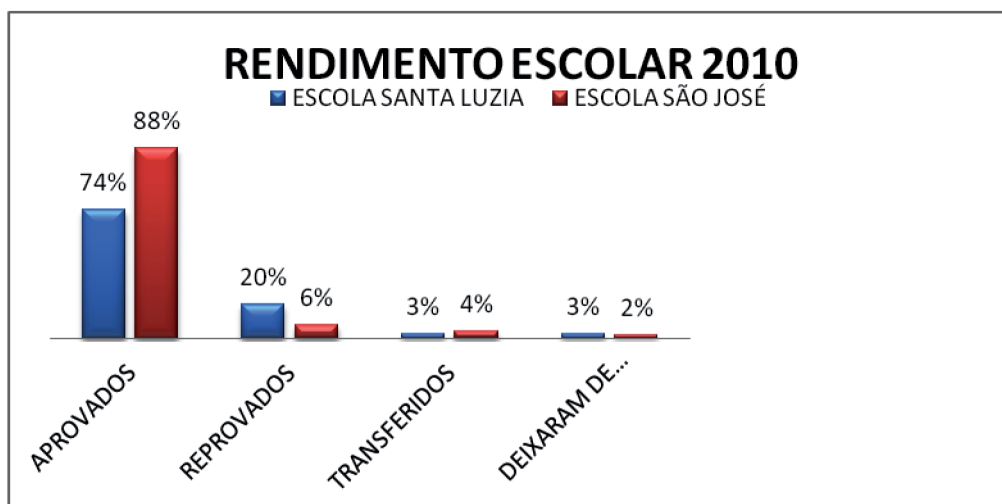
51 Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=15&dados=1>>. Acesso em 14 de set 2011.

fessora Maria Auxiliadora Ribeiro, as escolas públicas do município, como é o caso da primeira escola supracitada, atendem ao regime de funcionamento, cumprindo as regras do calendário escolar, direcionado pela Secretaria de Educação do Município de Abaetetuba, além de

possuírem os recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), merenda escolar; atendem ao pagamento dos funcionários, às reformas que se fazem necessárias, à nomeação do gestor e outros. Já a segunda escola, sendo de regime de convênio, tem gerenciamento próprio. A Secretaria de Educação é responsável pela merenda, pelo pagamento dos funcionários que são efetivos e encaminha o PDDE, mas, ainda assim, a escola cobra uma taxa de R\$ 5,00 por aluno para manter a estrutura do prédio e atender a outros compromissos. A escola apresenta à SEMEC o número de alunos para formar as turmas e o prédio onde irão funcionar às atividades.

Além disso, ao contrário da escola São José, a escola Santa Luzia possui salas amplas que deveriam facilitar a dinâmica da conversação em sala de aula, mas o rendimento escolar ainda não é satisfatório, considerando-se que a escola em regime de convênio apresenta maior índice de aprovação do que a escola pública. Como se pode observar no gráfico⁵² a seguir, que apresenta o rendimento escolar dessas escolas no ano de 2010.

Gráfico 1 – Rendimento Escolar 2010



Fonte: Secretaria das Escolas pesquisadas

Em termos numéricos, 20% equivalem a 73 alunos reprovados na Escola Santa Luzia, já a Escola São José obteve apenas 6% que equivalem a 29 alunos reprovados no ano de 2010. Como se pode perceber, o índice de reprovação é bem mais elevado na escola pública do que na escola em regime de convênio. Pergunta-se, então, se é possível afirmar que tanto os 74% quanto os 88% dos alunos aprovados nas respectivas escolas são proficientes em leitura e escrita. Os resultados do IDEB ainda apontam que há em Abaetetuba baixa proficiência em leitura e escrita, considerando-se o rendimento em 2009 de apenas 3.6 na 4ª série.

52 O gráfico acima foi criado para melhor visualização do rendimento das escolas da pesquisa a partir dos números repassados pela estatística da Secretaria de Educação – SEMEC do município de Abaetetuba.

Tabela 1 – IDEB e Nota na Prova Brasil

			Nota na Prova Brasil ³	
	IDEB ⁴	4 ^a série taxa de aprovação ⁵	Matemática	Português
2009	↑3.6	↑ 86.3	↑ 182.42	↑ 169.54
2007	↑3.1	↑3.1	↑ 176.85	↑ 163.21
2005	2.8	2.8	166.60	162.60

Fonte: Ver notas 55 a 58 deste artigo

Como é possível observar, o resultado do IDEB mostra o baixo índice de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa em comparação com Matemática, podendo isso ser explicado a partir da consideração de que as aulas de linguagem devem estar voltadas para práticas reais de leitura e escrita, para situações socialmente relevantes, não devendo ser ensinada a língua na escola para cumprir uma formalidade, mas para que os educandos possam interagir socialmente, uma vez que se está inserido em grupos sociais, portanto, a língua só se realiza, efetivamente, na interação entre sujeitos.

É possível, então, que as escolas ainda estejam em um processo em que atividades de escrituras de palavras e de leitura de frases soltas, somente para se tomar como exemplo, ainda sejam a tônica das atividades de aprendizagem.

Dessa forma, não basta apenas o educador utilizar a leitura para ensinar o aluno a decodificar. Para Soares (2005, p. 20), “não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente”.

Desta forma, a escola deve formar alunos praticantes da língua no sentido mais amplo, ou seja, alunos que saibam produzir e interpretar textos de uso social oral e escritos.

Os procedimentos da pesquisa

As entrevistas semiestruturadas ocorreram durante o mês de junho de 2011, sendo dirigidas a seis professores lotados nas turmas do 5º ano/9. Foi utilizada também uma câmera digital do tipo SONY (04 GB), para gravar as entrevistas com o consentimento dos professores e a permissão do gestor escolar, a partir de autorização decorrente de solicitação formalizada por meio de ofício encaminhado às escolas.

Neste trabalho, buscou-se investigar que tratamento é dado à oralidade através das práticas docentes analisando o prescrito e o realizado, através das experiências relatadas pelos professores lotados no 5º ano/9 de escolas da rede pública municipal. A pesquisa caracteriza-se como um “estudo de caso”. Desse modo, o presente trabalho é um estudo realizado com um determinado foco, em um local específico e com objetivos bem definidos e determinados, o que o torna único, embora apresente semelhanças com outras situações de pesquisa (LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

Com base na concepção de Lüdke e André (1986), o estudo de caso visa a uma possível descoberta e sua investigação parte geralmente de pressupostos anteriormente formulados, porém consolidados no ato da pesquisa e, dessa forma, o investigador poderá constatar ou não o que realmente deseja, quando em contato com o *locus* da pesquisa. E como afirmam Lüdke e André (1986, p. 19):

Ao desenvolver o estudo de caso, o pesquisador recorre a uma variedade de dados, com uma variedade de tipos de informantes. [...]. Com essa variedade de informações, oriunda de fontes variadas, ele poderá cruzar informações, confirmar ou rejeitar hipóteses.

A partir dos dados obtidos nas entrevistas com os seis professores, foi possível levantar uma variedade de informações desses informantes contrapondo com as pesquisas documentais e bibliografias, a fim de associar o prescrito e o realizado em tratamento da oralidade no ambiente escolar.

Para Lüdke e André (1986, p. 33), a entrevista dar-se-á como um dos instrumentos de coleta de dados que se sobressai, sendo o mais utilizado e eficaz, conforme descrevem a seguir,

[...] Mais do que outros instrumentos de pesquisa, que em geral estabelecem uma relação hierárquica entre o pesquisador e o pesquisado, como na observação unidirecional, por exemplo, ou na aplicação de questionários ou de técnicas projetivas, na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde.

Este trabalho possui caráter qualitativo, pois trata de aspectos estritamente humanos e nesse sentido Lüdke e André (1986, p. 12) ressalta, que,

[...] os dados coletados são predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, [...]. Citações são frequentemente usadas para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista.

Em termos operacionais, a pesquisa preconizou a transcrição das entrevistas realizadas com professores do 5º ano/9 do ensino fundamental das duas escolas do município de Abaetetuba, eleitas como *locus* de pesquisa, além das análises de documentos.

Dos professores da pesquisa, apenas três possuem o ensino superior completo e desses, um apresenta o curso de especialização em Psicopedagogia com habilitação em Educação Especial; os outros três apresentam apenas o Magistério. Foi-lhes perguntado se já haviam participado de algum curso de formação voltado para a prática da oralidade. A maioria disse que especificamente não, pois o único material de linguagem que foi utilizado para a capacitação foi o livro do Pró-Letramento, sendo dada uma breve explanação sobre o assunto sem muita ênfase, e uma das professoras informou que já tinha participado de um estudo sobre os Parâmetros em Ação.

Práticas de oralidade na docência em Abaetetuba

Por motivos éticos, os professores não serão designados por escolas e serão identificados por letras retiradas de seus nomes. Priorizou-se a abordagem sobre a oralidade e a prática docente neste trabalho, a fim de se desvendar as experiências de seis professores de escolas municipais da rede pública que estão atuando no 5º ano/9, por entender que a prática da oralidade é um caminho importante para a compreensão do papel que a linguagem, na forma oral, ocupa no processo de desenvolvimento da interação social.

Tratamento dado às aulas de língua portuguesa

Partindo da análise das entrevistas com os professores, percebeu-se que esses dão mais ênfase à produção escrita em suas aulas de Língua Portuguesa do que à produção oral.

PROFESSOR (MA): As minhas aulas são voltadas principalmente para o cotidiano deles [...] a partir do que eles vivenciam nas ruas: placas, faixas, panfletos.

PROFESSORA (SI): a gente procura trabalhar muito a questão de interpretação, produção textual, vários tipos de gêneros [...] não deixando de lado a parte gramatical, a ortografia, tem muitos alunos que tem muitos erros ortográficos.

PROFESSORA (DE): As minhas aulas são trabalhadas de acordo com o objetivo do conteúdo e com recursos adequadas as aulas de língua portuguesa com cartazes com eventos com recursos didáticos da escola.

PROFESSORA (CRI): [...] eu gosto de aplicar a produção textual para eles produzirem a partir do momento que eles começam a produzir eles começam a desenvolver a leitura.

PROFESSORA (FLA): São baseadas em textos uma vez que a província Brasil vem exigindo muito texto e leitura é praticamente mais textos montagem de texto através de desenho.

PROFESSOR (ERA): a gente trabalha um texto e a partir daí a gente vai contextualizar para trabalhar a questão da ortografia e também da gramática.

Como é possível observar, em nenhum momento nota-se a presença do trabalho com a oralidade nas falas desses professores, a não ser nas atividades de produção textual. E é por falta de embasamento teórico que muitos professores sentem dificuldades para desenvolver o trabalho com a linguagem oral em sala de aula, pois designar atividades de linguagem requer planejamento e plena consciência de que:

O professor que vê a língua segundo a concepção estruturalista pouco

ajuda seus alunos na tarefa de desenvolver seus recursos linguísticos para interagir nas mais variadas situações sociocomunicativas. Ele apenas contribui para reforçar o mito de que há uma única forma correta do português, reproduzindo um preconceito linguístico que estigmatiza milhões de brasileiros. (OLIVEIRA, 2010, p. 34)

Desta forma:

[...] o professor precisa se conscientizar da necessidade de dominar determinados conhecimentos teóricos para poder tomar decisões fundamentadas no que diz respeito ao planejamento das aulas, à escolha das atividades a serem realizadas em sala, ao gerenciamento das aulas e ao processo de avaliação. (OLIVEIRA, 2010, p. 23)

Para os professores, trabalhar com a linguagem oral é sempre uma tarefa difícil, sendo que as escolas, muitas vezes, não oferecem um espaço adequado e os professores têm que atender em média vinte e cinco e trinta alunos e, devido à falta de formação, passam a criar seu próprio jeito de “ensinar a oralidade” em sala de aula. Assim, pergunta-se o que resta a esses professores ensinarem nas aulas de Língua Portuguesa. De posse do conteúdo programático enviado pela Secretaria de Educação para as escolas municipais da rede pública, os professores afirmam que em suas aulas de Língua Portuguesa,

PROFESSORA (MA): [...] inclui todos os assuntos envolvendo artigo substantivo, pronome, verbo, advérbios todos os assuntos são incluídos nas nossas aulas.

PROFESSORA (SI): Ensinamos textos, produção, interpretação, gêneros literários.

PROFESSORA (DE): A gente segue um padrão da secretaria de educação

que já vem com alguns conteúdos, mas agente modifica alguns assuntos nos trabalhamos com esse conteúdo adaptando a realidade da comunidade.

PROFESSORA (CRI): Texto literário, não-literário, texto descritivo, dissertativo, ditado.

PROFESSORA (FLA): Tem que ensinar o conteúdo que se deve aprender sujeito, predicado e também contextualização como trabalhar com texto coerência essas partes a gente tem que trabalhar porque a criança não consegue interpretar.

PROFESSORA (ERA): (...) a gente ensina os tipos de textos, como produzir um texto a importância de ler todas as formas de escrita que a gente encontra, por exemplo, cartazes, uma placa, uma bula, uma receita, como essas informações estão presente no dia a dia as vezes até mesmo o comercial que passa na televisão.

Em se tratando de oralidade, questiona-se acerca do que ensinar, e como ensinar. Essas são algumas das constantes dúvidas desses professores e que apontam para a necessidade de embasamento teórico para atender às demandas educacionais dos educandos. No conteúdo curricular do ensino fundamental de nove anos, referindo ao 5º ano/9, pode-se constatar às habilidades necessárias à aquisição da linguagem oral e escrita – Língua Portuguesa. O aluno deverá:

a) Participar ativamente das atividades de sala de aula (trabalhos individuais e de grupos, debates, seminários etc.);

b) Expor suas ideias verbalmente com entonação clara;

c) Respeitar a diversidade das formas de expressão da comunidade escolar (saber ouvir e se pronunciar de acordo com o contexto). Participando

ativamente das ações coletivas propostas pela escola.

Além dessas habilidades, o conteúdo ainda apresenta sugestões metodológicas para promover a situação comunicativa em sala de aula, como: rodas de conversas, relatos, perguntas e respostas, debates e seminários. Mas o que se pode identificar nas falas desses professores é a constante presença da gramática contextualizada como eixo principal em seus trabalhos.

O trabalho de linguagem na sala de aula

A transmissão do conhecimento e as manifestações culturais não se realizariam se o homem não tivesse a capacidade de criar formas de linguagem. O ensino-aprendizagem da língua deve acontecer nas mais diferentes situações ou contextos sociais, com sua diversidade de funções e sua variedade de estilos e modo de falar. Partindo dessa concepção, procurou-se saber como os professores realizam o trabalho com a linguagem em sala de aula:

PROFESSOR (MA): Eu procuro estimular eles a fazerem leitura oralmente dos assuntos do livro deles.

PROFESSORA (DE): [...] através dos recursos que a escola tem como: cartazes, jogos educativos (...) e com o treino ortográfico.

PROFESSORA (CRI): Eu trabalho o ditado, através do ditado que eu vou ver a dificuldade que ele tem na norma culta.

PROFESSORA (FLA): [...] é mais baseada em textos a gente vai fazendo a textualização.

PROFESSOR (ERA): [...] aqui na escola ele vai ter um contato com uma linguagem mais culta (...) então a gente procura trabalhar dessa maneira que

tem a língua culta que a gente vai trabalhar na sala de aula e tem a língua do dia a dia que é do convívio da família.

Isso implica afirmar que o trabalho de linguagem oferecido aos alunos consiste apenas em atividades de memorização com reproduções mecânicas, pois levar os alunos a lerem o que está escrito, não implica dizer que estão sendo realizadas situações de comunicação, ou seja, não se percebe uma ação linguística entre sujeitos nas atividades de linguagem desses professores. Uma vez que o ensino da língua deve prever não só o desenvolvimento de capacidades necessárias às práticas de leitura e escrita, mas também de fala e escuta compreensiva em situações públicas, a própria aula deve ser uma situação de uso público da língua, quando o professor leva o aluno a debater, dialogar, a expor sua opinião etc.

Na fala da PROFESSORA (SI) pode-se destacar: “[...] eu sempre fico reportando essas questões do falar direito saber se comunicar, então quando aluno assim esta de forma assim falando errado eu tento corrigir pra ele estar todo tempo falando direito.”, fazer uso da linguagem oral em sala de aula requer o pleno conhecimento de que,

[...] o professor não deve criticar a maneira como o estudante fala ao chegar à escola, chamando-a de errada. Se criticá-la, o professor estará passando a mensagem equivocada de que o estudante e as pessoas que com ele convivem e que falam da mesma forma estão linguisticamente erradas e, consequentemente, que há algo errado com suas identidades. (OLIVEIRA, 2010, p. 37)

Os alunos devem sentir-se livres para falar em sala de aula e, independentemente do código usado – a variedade – padrão ou variedade não-padrão –, qualquer aluno que tome o piso em sala de aula deve ser ratificado como

um participante legítimo da interação. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 197)

Nesse sentido, é necessário que se respeite os usos diversificados da Língua Portuguesa e os cidadãos que os adotam, sobretudo quando esses cidadãos são crianças ingressando na escola. Os alunos falantes de variedades linguísticas diferentes da chamada “língua padrão”, por um lado, têm direito de dominar essa variedade, que é a esperada e a mais aceita em muitas práticas valorizadas socialmente; por outro, deve-se respeitar as variedades aprendidas com a família e a comunidade, tão legítimas quanto qualquer outra, não podendo, portanto, ser discriminadas.

O trabalho com a oralidade surgiu nas falas dos professores ora revestida de sentidos que remetiam à conversa professor-aluno, ora como espaços para comentar um determinado assunto ou texto, e ainda para apresentar um trabalho avaliativo. Esses são os métodos que eles utilizam para levar os alunos a se expressarem oralmente, conforme pode-se perceber nas falas abaixo:

PROCESSOR (MA): [...] eu dou liberdade para eles falarem [...] comentam sobre o assunto que estou explicando.

PROFESSORA (SI): [...] eu dou um texto para eles leem e ai eles vão explicar o que entenderam.

PROFESSORA (DE) C: Nas nossas aulas eu sempre procuro fazer com que eles deem a opinião deles nos assuntos, seja em aula de língua portuguesa ou em outras atividades como ensino religioso, AVC. Eles sempre vão dar a opinião deles fazendo trabalho, apresentando aqui na frente usando a oralidade para fazer esse tipo de expressão.

PROFESSORA (CRI): Quando eles estão com dificuldade agente usa o tra-

va-língua, eu ajudo fazendo uma reflexão com eles.

PROFESSORA (FLA): Música, agente canta e pesquisa, entrevistas ultimamente eu fiz pesquisa pra eles entrevistarem médicos, enfermeiros

PROFESSOR (ERA): [...] tem que começar a introduzir a linguagem culta [...] agente distribui vários textos diferentes depois cada um vai expressar o que conseguiu entender.

Expressar-se oralmente através de debates, seminários, entrevistas etc. não são atividades que acontecem frequentemente na sala de aula. Segundo os professores, os alunos não mostram interesse em aulas expositivas, por se sentirem intimidados diante dos colegas e professores. Com isso, dificulta-se o desenvolvimento dessas práticas comunicativas em sala de aula. Quando são trabalhados, os resultados são considerados insignificantes e normalmente desconsiderados. De modo geral, a oralidade é sempre abordada como um item menos importante. A escola tem que saber a importância de desenvolver o processo comunicativo em sala de aula, portanto, cabe a ela,

[...] ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais: planejamento e realização de entrevistas, debates, seminários, diálogos com autoridades, dramatizações, etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois seria descabido “treinar” o uso mais formal da fala. A aprendizagem de procedimentos eficazes tanto de fala como de escuta, em contextos mais formais, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la. (PCN, 1997, p. 32)

Com base nessas considerações, a escola precisa criar situações de comunicação em

que os alunos possam aprender a escutar com atenção e compreensão, a dar respostas, opiniões e sugestões pertinentes nas discussões abertas em sala de aula, falando de modo a serem entendidos, respeitando os colegas e professores, sendo respeitado por eles.

Além disso, pode-se incentivar os alunos a participarem de produção coletiva de textos, decisões coletivas sobre assuntos de interesse comum, planejamento coletivo de festas comemorativas, torneios esportivos e outros eventos que a escola vier a promover. São situações que podem ser planejadas desde o primeiro dia de aula e de forma continuada e sistemática, buscando sua apropriação permanente pelos alunos.

Avaliação do processo comunicativo

Dentro do que foi pronunciado pelos professores quanto às atividades de oralidade que eles realizam em sala de aula, buscou-se saber através de suas falas como é avaliado o que os seus alunos aprendem nas aulas de linguagem.

PROFESSOR (MA): [...] pela leitura em sala de aula [...] a gente percebe a progressão da criança na linguagem na forma de leitura.

PROFESSORA (DE): Nós avaliamos o que ele aprende de acordo com que nós estamos ensinando principalmente no que diz respeito as regras ortográficas [...] quando ele é colocado na frente do quadro para explicar e exemplificar a questão ortográfica [...] verificamos o que estamos ensinando de acordo com o que ele está apresentando questão de comportamento até mesmo na fala dele.

PROFESSORA (CRI): Eu avalio todos os dias, a avaliação não é só a produção escrita.

PROFESSORA (FLA): A gente tem um método de trabalhar junto com a professora que é exclusiva de leitura quer dizer a criança que tem muita dificuldade agente coloca pra elas trabalharem com o reforço e a nossa parte é mais puxada textos, contextualização e eu trabalho com desenhos, com cartazes também.

PROFESSOR (ERA): A avaliação é um pouco complexa porque a gente tem, por exemplo, que atribui notas, então é uma avaliação que eu digo que é quantitativa [...] a gente procura avaliar o pouco que ele produz no dia a dia.

Talvez seja por isso que os alunos não queiram se submeter a uma exposição ou situação comunicativa em sala de aula, como afirma o PROFESSOR (ERA) “[...] quando chega na hora de se expressar fica tímido [...]”, de fato isso ocorre, pois o aluno, ao saber que sua fala é monitorada e julgada como certo ou errado perante os colegas, deixa de participar de situações comunicativas para se julgar como incapaz, como quem não sabe falar direito.

Além disso, há os que esperam que a turma apresente os mesmos desempenhos linguísticos, como afirma a PROFESSORA (SI) em sua fala: “Quem o dera que os alunos fossem homogêneos na turma (...) como tem aqueles que escrevem muito bem desenvolvem muito bem, tem aqueles que precisam de uma grande ajuda ainda”.

Oliveira (2010, p. 33) ressalta que:

Diferentemente dos linguistas estruturalistas, os professores de português não podem deixar de pensar na variação linguística e nas especificidades culturais dos seus alunos. Entretanto, muitos professores elegem as formas que constam nas gramáticas normativas para serem ensinadas em sala de aula, as quais são apresentadas como

as únicas formas corretas de escrever e de falar português. Isso é reflexo do fato de muitos professores conceberem a língua equivocadamente como um fenômeno homogêneo, ignorando a existência das variações linguísticas e os sujeitos culturais que são seus alunos.

E a escola, inúmeras vezes, insiste em julgar o informal em seu contexto escolar e priorizar o mais formal, sendo que em muitos casos o docente se vê incapaz de “corrigir” o aluno por não possuir, ele mesmo, o domínio da língua padrão. Como afirma Bortoni-Ricardo (2005, p. 192):

[...]. É no momento em que o aluno usa flagrantemente uma regra não-padrão e o professor intervém, fornecendo a variante-padrão, que os dois dialetos se justapõem. Como proceder nesses momentos é uma dúvida sempre presente entre os professores. Nas últimas-décadas, os educadores brasileiros, com destaques especial para os linguistas, seguindo uma corrente que nasceu da polemica entre a teoria do déficit e a teoria da diferença, fizeram um trabalho importante, mostrando que é pedagogicamente incorreto usar a incidência do erro do educando como uma oportunidade para humilhá-lo.

Privilegiando uma variedade linguística, a chamada norma padrão, a escola precisa apresentar ao discente, antes de tudo, as demais variedades linguísticas sem predeterminar o que é certo e o que é errado, uma vez que,

Os alunos devem sentir-se livres para falar em sala de aula e, independentemente do código usado – a variedade-padrão ou a variedades não padrão -, qualquer aluno que tome o piso em sala de aula deve ser ratificado como um participante legítimo da interação. Uma forma efetiva de o professor conferir essa ratificação é dar continuidade

à contribuição do aluno, elaborando-a e ampliando-a. Se esta contribuição foi veiculada numa variedade não padrão, no momento em que o professor retomar a contribuição para ampliá-la, ele poderá justapor a variante-padrão e tecer comentários sobre as diferenças entre as duas variantes, permitindo, assim, que se desenvolva a consciência do aluno sobre variação linguística. [...]. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 197)

A proposta da autora é enriquecedora, pois permite que o aluno construa um desenvolvimento comunicativo livre em sala de aula sem precisar submeter a sua linguagem a conceitos avaliativos, sendo apenas necessário que compreenda a diferenciação entre as variantes padrão e não padrão, conscientizando-se dessa diversidade linguística e das contribuições que cada uma tem em determinado espaço social.

Considerações finais

A partir das análises dos dados, constatou-se que a falta de conhecimento teórico implica desenvolvimento do ensino-aprendizagem da língua em sala de aula, uma vez que “[...], ensinar é o ato de facilitar o aprendizado dos estudantes, o que significa que o professor precisa realizar ações concretas resultantes de um planejamento que pressupõe alguns princípios teóricos” (OLIVEIRA, 2010, p. 30). Com participação em curso de formação ou não os professores são conhecedores dos Parâmetros Curriculares Nacionais, documento que contribui para a formação e atualização desses profissionais.

Além disso, muitos professores se detêm no ensino ineficiente da gramática, deixando de executar um trabalho mais efetivo com a oralidade. Nessa perspectiva, o professor precisa ter mais clareza sobre esse conteúdo para que possa proporcionar todas as possibilidades de produção oral. Assim, professor e aluno obterão os resultados pretendidos em cada situação de interação verbal dentro e fora da escola.

Deve-se promover uma melhor preparação do docente, pois é ele o grande articulador do processo, que irá instigar o aluno a se aproximar dos novos conhecimentos, ajudando-o a se desinibir, a questionar. Momento esse quando o professor deverá comentar e sugerir, mais do que corrigir, criando oportunidades para o diálogo, que será crucial para que o aluno ganhe maior autonomia e autoconfiança. Passando o professor a ouvir, mais do que falar. Para ser, assim, o mediador de uma aprendizagem em que ambos se tornarão sujeitos, fazendo com que o aluno tenha vez e voz nas atividades diárias da escola.

Portanto, cabe à esfera municipal efetivar programas de formação continuada aos professores da educação básica do município de Abaetetuba, voltados exclusivamente para o pleno conhecimento do ensino-aprendizagem da língua nas suas mais diversas esferas comunicativas. Para que, assim, a escola possa disponibilizar condições a seus alunos de participarem das situações comunicativas relativas às variadas esferas de atividade humanas, sejam elas formais ou informais, a fim de que possam ampliar sua capacidade de comunicação oral.

Referências

- BORTONI- RICARDO, Stela Maris. **Nós chegemos na escola e agora?** : sociolinguística e educação- São Paulo: Parábola editorial, 2005.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** língua portuguesa. Brasília, 1997.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EUP, 1986.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita:** atividade de retextualização. – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2003.
- OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber:** a teoria na prática. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- SOARES, M. **Letramento:** um tema em três gêneros. 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Sobre os autores

Rosenildo da Costa Pereira. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. Especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade no Campo na Amazônia (UFPA). Graduado em Pedagogia UFPA. Servidor Público do município de Abaetetuba, Pará. E-mail. rosenildocosta@bol.com.br

Isonete do Socorro Sardinha Perna. Graduada em Letras Língua Portuguesa pela UFPA, com especialização em Estudos de Língua e Literatura Vernácula – UFPA, Campus de Abaetetuba e Educação, Desenvolvimento e Sustentabilidade do Campo na Amazônia pela UFPA. Email: isonethy@yahoo.com.br.

Doriedson do Socorro Rodrigues. Doutor em Educação pela UFPA. Docente da Universidade Federal do Pará UFPA. Email: doriedson@ufpa.br

Recebido em: 15/08/2014

Aceito para publicação em: 20/09/2014